

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB A PERSPECTIVA NEOLIBERAL

INCLUSIVE EDUCATION TEACHER TRAINING FROM THE NEOLIBERAL PERSPECTIVE

*Mirian Batista dos Santos Carvalho*¹

*Ione da Silva Cunha Nogueira*²


RESUMO: O presente artigo tem como objetivo de pesquisa discutir sobre a formação do professor na perspectiva inclusiva diante do sistema educacional brasileiro que se desenvolve no viés do neoliberalismo. Por meio de Revisão Bibliográfica baseada em autores que abordam a questão histórica da globalização, do capitalismo e do neoliberalismo, ancorando-se em leis que defendem uma educação para todos e diretrizes de formação de professores, buscou-se discutir como ocorre a formação do professor na perspectiva inclusiva no bojo de um sistema neoliberal. O estudo trouxe discussões sobre as formações inicial e continuada de professores, diante dos principais referenciais teóricos, António Nóvoa e Bernadete Gatti. Assim, a partir das reflexões elencadas é relevante enfatizar a importância de um olhar significativo com relação às políticas públicas educacionais para a garantia de formações que contribuam à constituição de professores crítico-reflexivos para o desenvolvimento de suas práticas docentes, não apenas sendo formados numa perspectiva generalista pela imposição de um sistema baseado no neoliberalismo focalizando o preparo para o mercado de trabalho. Destacou-se também, que neste contexto, o professor inclusivo também é formado com características subjetivas de maneira polivalente, fruto de programas voltados às diretrizes que pautam-se na perspectiva neoliberal.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores. Professor Inclusivo. Neoliberalismo.


ABSTRACT: The research objective of this article is to discuss teacher training from an inclusive perspective in the face of the Brazilian educational system that develops according to neoliberalism. Through a Bibliographic Review based on authors who address the historical issue of globalization, capitalism and neoliberalism, anchored in laws that defend education for all and teacher training guidelines, we sought to discuss how teacher training occurs in the inclusive perspective within a neoliberal system. The study brought discussions about the initial and continuing training of teachers, in light of the main theoretical references, António Nóvoa and Bernadete Gatti. Thus, based on the reflections listed, it is important to emphasize the importance of a meaningful look at public educational policies to guarantee training that contributes to the creation of critical-reflective teachers for the development of their teaching practices, not just being trained from a perspective generalist by imposing a system based on neoliberalism focusing on preparation for the job market. It was also highlighted that in this context, the inclusive teacher is also trained with subjective characteristics in a polyvalent way, the result of programs focused on guidelines based on the neoliberal perspective.

KEYWORDS: Teacher Training. Inclusive Teacher. Neoliberalism.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: micatfriends86@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0005-6842-1850>

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: ione.silva@ufms.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4179-216>

● [Informações completas no final do texto](#)

Introdução

O presente trabalho tem como proposta discutir sobre a formação do Professor Inclusivo no contexto do neoliberalismo presente na educação brasileira. O problema da pesquisa centra-se no questionamento: *Como ocorre a formação do professor na perspectiva inclusiva neoliberal*³. Para tanto, o objetivo da pesquisa é discutir sobre a formação do professor na perspectiva inclusiva diante do sistema educacional brasileiro que se desenvolve no viés do neoliberalismo.

Esse artigo está organizado em três tópicos que serão apresentados a seguir.

O primeiro tópico é nomeado *O neoliberalismo na educação brasileira*, trazendo reflexões sobre o processo de formação de professores diante das lutas e conflitos que ocorrem no campo da educação há mais de três décadas, com a intervenção do neoliberalismo que se insere no sistema educacional.

A pesquisa traz autores que discutem sobre a temática em questão, abordando aspectos que envolvem o liberalismo, capitalismo e neoliberalismo no contexto da educação brasileira, sem deixar de mencionar a formação de professores que está envolvida nestas macrotendências, nas políticas educacionais e nos textos de leis que defendem uma educação para todos, por meio de diretrizes voltadas à formação de professores.

O segundo tópico, intitulado *A importância da formação continuada aos professores*, mostra que é intrínseco repensar a formação docente, revendo a função dos cursos de formações inicial e continuada, sendo o último relevante para a continuação dos estudos dos docentes após a primeira formação, já que é um requisito básico para o trabalho docente. Sendo assim, também são apresentados textos de leis que enfatizam a formação continuada no próprio local de trabalho e como as instituições devem manter os cursos de formações inicial e continuada de professores.

³ De acordo com o dicionário OxfordLanguages- NEOLIBERALISMO: 1. Doutrina proposta por economistas franceses, alemães e norte-americanos, na primeira metade do século XX, voltada para a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e assistencialista, que deveria controlar parcialmente o funcionamento do mercado. 2. doutrina, desenvolvida a partir da década de 1970, que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo.

Por último, o tópico nomeado *O professor inclusivo no contexto do neoliberalismo*, enfatiza a importância do olhar inclusivo às pessoas com algum tipo de deficiência e da necessidade de políticas públicas que sejam voltadas para essa questão no âmbito educacional para a inclusão de todos.

O neoliberalismo na educação brasileira

Quando refletimos sobre o processo de formação de professores e a questão da educação nos deparamos com situações problemáticas que são apontadas há mais de três décadas. Com relação aos fundamentos históricos da educação, percebe-se um processo de formação fragilizada de professores. Nesse contexto, “[...] desde a década de 1990, a formação de professores tem sido o mote de muitos debates no cenário nacional” (NOGUEIRA; BISPO, 2022, p. 2).

Gatti (2008, p.62) explicita que a formação de professores tem sido assunto pertinente, pela exigência por pressões do mundo do trabalho e pelos sistemas do governo,

Na última década, a preocupação com a formação de professores entrou na pauta mundial pela conjunção de dois movimentos: de um lado, pelas pressões do mundo do trabalho, que se vem estruturando em novas condições, num modelo informatizado e com o valor adquirido pelo conhecimento, de outro, com a constatação, pelos sistemas de governo, da extensão assumida pelos precários desempenhos escolares de grandes parcelas da população. Uma contradição e um impasse. Políticas públicas e ações políticas movimentam-se, então, na direção de reformas curriculares e de mudanças na formação dos docentes, dos formadores das novas gerações. (GATTI, 2008, p. 62).

Refletindo a partir de tantos anos de luta, questiona-se sobre as políticas públicas de formação aos docentes em um cenário de mudanças do mundo contemporâneo, entre tantos temas discutidos no âmbito da educação, já que cada época refere-se a uma nova situação.

Primeiro foi a vez do tecnicismo na educação; depois veio a democratização da escola; em seguida o fracasso escolar; e agora é a vez da formação de professores. À medida que um tema é escolhido passa a ser tratado até a exaustão e será substituído por outro sem que se tenha esgotado ou provocado mudanças na situação da educação e da escola. Entre o que se estuda e o que se consegue transformar, há uma distância muito grande. (ALVES, 1992, p. 01).

São muitas discussões acerca desta abordagem, sendo necessário ressaltar a questão da globalização, do capitalismo e do neoliberalismo que de alguma forma afeta a educação escolar, já que os acontecimentos do mundo estão interligados a este processo. Mudam-se as nomenclaturas, mas as intenções continuam as mesmas.

Na atualidade, há vários aspectos que envolvem mudanças na educação, como por exemplo, a possibilidade de estudar em diferentes espaços, ou seja, há diversos ambientes que são transformados em espaços de aprendizagem para que pessoas tenham a oportunidade de aprender em lugares diversificados.

A instituição escolar, portanto, já não é considerada o único meio ou o meio mais eficiente e ágil de socialização dos conhecimentos técnico-científico e de desenvolvimento de habilidades cognitivas e de competências sociais requeridas para a vida prática. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003, p. 52).

Tais mudanças têm a ver com o neoliberalismo que assenta-se cada vez mais neste seguimento da sociedade. Antes de abordar sobre o envolvimento da educação com o neoliberalismo, ressalto que é possível notar que a educação nunca foi prioridade, mas com algum interesse da classe dominante, em meados do século XX, a constituição⁴ trouxe a denominação de “sistemas nacionais de ensino”, sendo inspirada no princípio de direitos de todos e dever do Estado. “O direito de todos à educação decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que consolidara no poder: a burguesia” (SAVIANI, 1999, p. 17). Com essa organização para manter os interesses da burguesia, a fim de construir uma sociedade democrática, a “democracia burguesa”, “[...] a escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade” (SAVIANI, 1999, p. 17). Surgiu então a escola e a necessidade do trabalho do professor para cumprir com as demandas do sistema educacional.

Nóvoa (2019) descreve como era organização da escola em meados do século XIX e na atualidade, pontuando que mantém sua configuração.

Organizacionalmente, a escola adquire a configuração que, no essencial, se mantém até aos dias de hoje: i) um edifício próprio, que tem como núcleo estruturante a sala de aula; ii) uma arrumação orgânica do espaço, com os alunos sentados em fileiras, virados para um ponto central, simbolicamente ocupado pelo quadro negro; iii) uma turma de alunos relativamente homogênea, por idades e nível estabelecido através de uma avaliação feita regularmente pelos professores; iv) uma organização dos estudos com base num currículo e em programas de ensino que são lecionados, regularmente, em lições de uma hora. No centro da cena estão os professores. São eles os responsáveis pela disciplina escolar, no duplo sentido do termo: ensinam as disciplinas, as matérias do programa, em aulas dadas simultaneamente a todos os alunos; e asseguram a disciplina, as regras de comportamento e de conduta dos alunos. (NÓVOA, 2019, p. 03).

⁴ Constituição Federal da República Federativa do Brasil, em seu Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Porém, após a escola descrita ter sido iniciada, veio a decepção, pois, ela não conseguiu realizar o que aspiravam, ou seja, que todos que a ingressassem tivessem sucesso. Outro aspecto é que não eram todos que tinham a oportunidade de ingressar numa escola. Na tentativa de não fracassar, a escola vai se modificando, ou seja, há tentativas de mudanças com relação ao método de ensino em busca de melhorias educacionais. Assim, surgem correntes da pedagogia perpassando modelos como a escola tradicional, a escola nova, a escola tecnicista e outras (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003). Não pretende-se aqui discutir especificamente sobre os diferentes modelos educacionais, mas sim, enfatizar o movimento que a educação vem passando em busca de avanços.

Ao longo dos anos a instituição escolar tem passado por crises e surge assim a insegurança com relação ao processo de desescolarização⁵ da sociedade. Ocorre, desta forma, uma reestruturação dos sistemas educativos e da instituição que conhecemos. Assim a escola precisa de outras modalidades de educação não formal, informal e profissional, necessitando de pessoas qualificadas para um novo momento do contexto educacional (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003).

A escola de hoje precisa não apenas conviver com outras modalidades de educação (não formal, informal e profissional), mas também, ser inserida e integrada a elas, no intuito de formar cidadãos aptos e capacitados para uma nova era (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003).

Dentre as políticas sociais e econômicas da sociedade, é preciso considerar a relevância das que envolvem o campo educacional, pois, “[...] os países ricos realizaram suas reformas educacionais, as quais, na maior parte dos casos, submeteram a escolarização às exigências da produção do mercado” (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003, p. 54). Assim, os organismos multilaterais, ou seja, um grupo de países vinculados ao capitalismo, por sua vez, traçam políticas educacionais para os países pobres. Nesse contexto, há então o intuito de atender as demandas da globalização, pois se preocupam com a exclusão e afastamento dos povos menos favorecidos, a fim de proporcionar à intelectualização dessas pessoas. (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003). Com a

⁵ Termo utilizado por não ensinar em ambientes escolares: educação escolar: políticas, estrutura e organização, de acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2003).

globalização, o crescimento pela exigência de uma classe trabalhadora especializada em diversos setores aumentou, fazendo com que os espaços escolares fossem diversificados, formando assim, técnicos especialistas para contribuir ao cenário do capitalismo.

Com o processo de globalização o capitalismo não acabou nem sofreu transformação fundamental na sua estrutura, mas sim, tornou-se mais forte, pois a burguesia gerou expansão da economia. Os estudos sobre o desenvolvimento capitalista atual detêm sobre a questão do Estado, acentuando suas novas funções ou o deslocamento da soberania. A peculiaridade a observar é que os estados são soberanos dentro de um sistema interestatal (CARDOSO, 2006).

Refletindo sobre o início do neoliberalismo no Brasil, nada mais viável do que citar Paulani (2006), que contextualiza o início da história intelectual do neoliberalismo criado pelo austríaco Friedrich Hayek a partir de 1930, quando mudou radicalmente seu pensamento com base na crítica da teoria neoclássica, em especial, após o acordo de Bretton Woods, pela definição do Estado Keynesiano. A referida autora, analisa o projeto neoliberal brasileiro que se tornou uma política pública do Estado a partir das eleições presidenciais de 1989, quando no Brasil, foi eleito Fernando Collor de Mello.

Para Paulani (2006, p. 90) “Desde a eleição de Collor, passou a ser voz corrente a inescapável necessidade de reduzir o tamanho do Estado, privatizar empresas estatais, controlar gastos públicos, abrir o econômico, etc.”. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) foram criados vários benefícios legais para favorecerem os credores do Estado brasileiro, como a isenção de Imposto de Renda. Além disso, a política neoliberal foi a justificativa necessária capaz de preservar a estabilidade monetária adquirida com o plano real na época.

De acordo com Neves (2005, p. 33) como esperado,

O estado de bem-estar social perdeu espaço para o Estado neoliberal. De produtor de bens e serviços, o Estado passou a assumir a função de coordenador das iniciativas privadas da sociedade civil. De promotor direto da reprodução do conjunto da força de trabalho, admitindo-a como sujeito de direito, o Estado passou a provedor de serviços sociais para uma parcela da sociedade definida agora como “excluídos”, ou seja, aquele contingente considerável que, potencialmente, apresenta as condições objetivas para desestruturar o consenso burguês. Para o restante da população, o Estado transfigura-se em estimulador de iniciativas privadas de prestação de serviços sociais e de novas formas de organização social que desatrelam as várias formas de discriminação das desigualdades de classe.

Os excluídos, mais afetados pelo neoliberalismo, são agraciados por serviços sociais, acreditando serem “incluídos” nessa sociedade burguesa, tornando-se “[...] contribuintes, participantes e, fundamentalmente, colaboradores dos mecanismos de consenso que, mantida ou admitida sua situação de exclusão, torna-se bastante mais difícil de ser alcançado” (NEVES, 2005, p.33).

Assim, com as mudanças mundiais o sistema educacional vai se transformando de diversas maneiras, retomando a discussão sobre as políticas públicas de formação de professores, em que pouco se fala sobre investimentos para capacitação de docentes. Há muitos casos em que, se tais profissionais se aperfeiçoam, isto ocorre por particularidades. Faltam investimentos para a formação de professores, inclusive para a educação inclusiva.

Contudo, não há explicação melhor do que as palavras de Nóvoa (2019), sobre o processo de formação docente, pois,

Frequentemente, recorrem ao conceito vago de educadores, juntando na mesma análise docentes, gestores, tutores, por vezes psicólogos, e mesmo pais e outras pessoas que exercem uma função educativa. Deste modo, diluem o princípio do professorado como uma profissão, conduzindo a políticas que desvalorizam a formação dos professores e que se legitimam através de um discurso pragmático: se escolhermos pessoas com bom conhecimento de uma dada matéria, facilmente conseguimos prepará-las para serem professores; se dermos uma remuneração suplementar aos professores cujos alunos têm bons resultados, o ensino melhorará; se tivermos bons materiais (livros, programas, etc.) e boas tecnologias, seremos capazes de suprir as deficiências dos professores e da sua formação; e por aí adiante. (NÓVOA, 2019, p. 05).

Ainda que, com a contribuição de Nóvoa (2019), salienta-se que não é possível limitar a formação de professores meramente a partir de uma mistura discreta de valores conservadores e de referências ao talento e ao empreendedorismo, a que pode-se dizer ser um treino de novas pessoas para ensinarem. Embora, assumam funções docentes, nos documentos a palavra professor é evitada, tratando-se de sentido profissional, referindo-se em expressões como membros do grupo, líderes ou educadores. “Depois de recrutadas, essas pessoas seguem um breve período de formação (cerca de 3 a 5 semanas) e são colocadas como docentes nas escolas” (NÓVOA, 2019, p.05).

Já que o ensino público com qualidade para todos, dentro da educação escolar, é um desafio fundamental, há um reconhecimento atual em aspectos mundial e social para o mundo do trabalho, para o desempenho da economia e para o desenvolvimento técnico-científico, por isso esse reconhecimento está sendo transformado em investimento por

parte das políticas educacionais em vários países (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003).

Portanto,

[...] esse reconhecimento e esse empreendimento, especialmente no governo Fernando Henrique Cardoso, deram-se de acordo com uma lógica economicista, cujo projeto educativo tem por objetivo último adequar a educação escolar às novas demandas e exigências do mercado. Nesse sentido, a educação assume a perspectiva de mercadoria ou serviço que se compra, e não de um direito universal, o que a leva a tornar-se competitiva, fragmentada, dualizada e seletiva social e culturalmente. (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003, p.117).

Sendo assim, algumas medidas, no âmbito da educação, têm sido viabilizadas pelas chamadas reformas neoliberais impostas pelas corporações e pelas instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial ou Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Dessa forma, Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 117) pontuam que “[...] na realidade, a educação busca um novo paradigma, que estabelece o problema da qualidade, uma pedagogia da qualidade. Mas esta não pode ser tratada nos parâmetros da qualidade economicista”.

Com as organizações adentrando ao campo da educação no país vai se tornando realidade que a escola passa a ser um local com novas estruturas ligadas ao aspecto econômico. “A escola não é uma empresa. O aluno não é cliente da escola, mas parte dela. [...] Escola não é fábrica, mas formação humana. Ela não pode ignorar o contexto político e econômico; no entanto, não pode estar subordinada ao modelo econômico e ao serviço dele”. (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003, p. 117).

A importância da formação continuada aos professores

Devemos pensar na formação de professores a partir de uma reflexão fundamental sobre a profissão docente para uma atuação baseada na reflexão da própria prática para a busca de melhorias ao processo de ensino e aprendizagem.

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto-formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. (NÓVOA, 1999, n.p.).

O processo de formação do professor não se reduz à aquisição de técnicas, conhecimentos e cursos, mas principalmente de reflexão sobre a sua prática docente, ou

seja, de como irá construir as suas identidades profissional e pessoal, pois ser professor não é deixar de se tornar pessoa (NÓVOA, 1999).

É importante ressaltar sobre o aspecto de investimento na formação de professores por parte das políticas públicas, tanto para a formação inicial, como para a continuada. Já que,

A formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, no quadro de uma autonomia contextualizada da profissão docente. Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas. (NÓVOA, 1999, n.p.)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, faz menção de maneira abrangente sobre as formações inicial e continuada de professores. Para tanto, no Artigo 62, em seus Parágrafos 1 e 2, destaca-se que tais formações deverão ser promovidas em regime de colaboração pela União, pelo Distrito Federal, pelos Estados e pelos Municípios, podendo assim, utilizarem recursos tecnológicos e optarem pela modalidade de Educação a Distância (EaD), por exemplo, contudo, com preferência à modalidade presencial. O parágrafo único define que a formação continuada pode ocorrer no próprio local de trabalho ou em Instituições de Nível Superior (IES).

O Artigo 63, refere-se às IES como responsáveis por manterem além dos cursos de formação inicial, programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 63 - Os institutos superiores de educação manterão:

I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II – programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. (BRASIL, 1996, n.p.).

Percebe-se, a partir da LDB, que as IES têm a incumbência de promoverem a formação continuada dos docentes, contudo é notável que isso nem sempre ocorre, estando fora da realidade. Muitos municípios não buscam as faculdades ou universidades para promoverem formações aos docentes, e/ou, não possuem tais políticas neste sentido.

Embora exista, na teoria, uma política pública respaldando a formação continuada, na prática, a realidade demonstra outro cenário.

Em consonância com a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério para a Educação Básica, define que:

§ 2º As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes. (BRASIL, 2015, n.p.).

As leis citadas contribuem para o assunto abordado, pois percebe-se a formação de docentes que não têm a liberdade de ensinarem sem estarem em articulação com as diretrizes curriculares. As diretrizes mencionadas acima focalizam o padrão de qualidade e o sistema de avaliação.

Nóvoa (1992, p. 04) corrobora à formação de professores reflexivos e autônomos, salientando que

A formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, no quadro de uma autonomia contextualizada da profissão docente. Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas.

Nota-se a necessidade de ações conjuntas entre as instituições superiores e as unidades responsáveis pela formação docente, no intuito de viabilizar um processo de formação continuada do professor que seja permeada por uma política pública que garanta e assegure a efetivação da mesma.

A formação continuada é um requisito básico para o trabalho docente, e é pertinente ter aprofundamento de conhecimento teórico para auxiliar no desenvolvimento da prática. A relação entre prática e teoria são intrínsecas, em ambas as formações (inicial e continuada). Assim, servirá de fomento para a construção de saberes docentes, principalmente no espaço escolar.

No entanto, as políticas educacionais devem investir não somente em teorias, inclusive quando falamos na formação de professores de educação especial. Nesse contexto, a maioria dos cursos de formação docente não atinge a um nível de qualidade e

especificidade para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), de maneira que os professores desta área atuem adequadamente.

Em todas as etapas da educação básica existe a falta de investimentos financeiros e cursos satisfatórios para que os professores das salas regulares sejam capacitados, visando agregar à formação destes profissionais para receberem os estudantes com alguma necessidade especial, e para que haja troca experiências com os professores especialistas.

Diante do cenário, mesmo que a profissão docente passasse por transformações, bem como exigências para a sua formação e aumento de tarefas, estes não receberam valorização, ainda que apresentassem bons resultados com as reformas educacionais. Nota-se então, um complexo contexto diante de tantos aspectos que implicam na Educação.

A partir da discussão acima, pontuo novamente sobre a interferência dos problemas externos na educação brasileira. As demandas da globalização, do capitalismo, do neoliberalismo e das macrotendências, de forma geral, que estabelecem uma escola provedora de Educação que corresponda às expectativas do mercado de trabalho, implicam na escola.

O professor inclusivo no contexto do neoliberalismo

Para entender a educação inclusiva é necessário compreender todo o contexto educacional, que envolve às políticas educacionais, das quais dependem as definições e soluções dos problemas relacionados à Educação. O contexto econômico está interligado com a Educação, porque importantes ementas e documentos educacionais originam-se por meio de acordos e preocupações mundiais quanto ao seu desenvolvimento. Desse modo, a Educação é vista como um importante recurso econômico desta época, ainda que não se seja apenas isso.

Quando falamos da educação, é possível entender que trata-se de um fenômeno, atrelado à tríade que envolve os fatores social, econômico e político, com um contexto histórico marcado por lutas.

Sabe-se que o século XX e o início do XXI constituem períodos de grandes transformações das políticas educacionais, enfim, momentos marcados pela visão

neoliberal do mundo, em que práticas e visões neoliberais foram difundidas, apesar das realidades distintas vividas nos países.

Compreender o processo de escolarização das pessoas com deficiência é entender a história por meio de um discurso evolucionista⁶. A partir deste ângulo, para os estudiosos da educação especial o conhecimento dos paradigmas sociais que atravessaram a história das pessoas com deficiência mundial, em síntese, é um modelo de segregação, de exclusão, de integração e, por fim, o da inclusão (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2021).

De acordo com Oliveira e Araújo (2021, p. 5) entende-se como neoliberalismo

como uma visão de ser humano e de sociedade que ressalta as liberdades individuais como premissa basilar que sustenta a lógica e a soberania do mercado. Por essa razão, demanda a primazia do indivíduo como unidade por meio da qual se viabilizam as disputas que produzem e movimentam a engrenagem mercadológica. (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2021, p. 05).

Para Lemos (2020, p.113), “[...] o neoliberalismo é uma doutrina econômica para qual a liberdade econômica é condição sine qua non para outras liberdades”.

Para tanto, para falar sobre a Educação ao viés do neoliberalismo é preciso lembrar que pelas demandas do mundo do trabalho, e entre outros fatores, é que as políticas educacionais e outros sistemas têm dado mais reconhecimento, pois é pensando em trabalhadores bem-preparados. Contudo, podemos ter cidadãos que sejam críticos na sociedade, não somente preparados para o mercado de trabalho. “A escola deve continuar investindo para que se tornem críticos e se engajem na luta pela justiça social” (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003, p.119).

Pensando nas pessoas com algum tipo de deficiência, pode-se refletir como ela é inserida desde à escolarização até o seu preparo para o mundo do trabalho. Deve-se analisar como o seu professor, que desde a educação básica lhe orientou, teve uma formação especializada e capacitada para lidar com diversos tipos de inclusão, ou seja, se ele foi o professor inclusivo capaz de mediar saberes ao aluno, conhecendo suas peculiaridades.

Uma análise dos documentos que compõem os programas de formação do professor inclusivo evidencia a busca pela produção de uma determinada subjetividade docente que seja polivalente, no sentido de constituir-se como

⁶Evolucionismo: [Oxford Languages](#): doutrina segundo a qual toda a cultura de uma sociedade é resultado constante de um processo evolutivo.

generalista; ou seja, capaz de trabalhar com uma infinidade de outros, sejam estes alunos com deficiência, com diferenças linguísticas, culturais, sexuais, dentre outras. O professor inclusivo é idealizado a partir de uma característica fundamental: ser capaz de conhecer cada um dos seus alunos levando em conta suas diferenças. (PEREIRA, 2014, p. 62).

Nota-se que a formação do professor inclusivo também traz características pré-determinadas nos documentos que envolvem os programas de formação, resultando a uma forma subjetiva para um preparo generalista.

A Educação Especial no Brasil começou a ter um olhar diferenciado a partir da Constituição Federal de 1988, dando início ao processo de educação como direito de todos, garantindo o dever do estado a oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, como mencionado no Artigo 205⁷. Porém, os problemas da educação nacional não param e há uma luta pela equidade dos estudantes com algum tipo de necessidade especial voltando-se à Educação Inclusiva.

No final da década de noventa, a Educação Especial foi marcada pela reforma educacional, diante do debate da inclusão escolar, envolvendo uma divergência de opiniões entre os adeptos da educação inclusiva e os adeptos de uma visão mais radical baseada na inclusão total (MENDES, 2010). “A partir de então foram cerca de 30 anos de uma política tida como regida pelo princípio de ‘integração escolar’, até emergir o discurso da ‘educação inclusiva’ ou da ‘inclusão escola’ [...]” (MENDES, 2010, p. 106).

É pertinente que a luta prossiga e que as políticas educacionais tenham um olhar diferenciado para a formação de professores inclusivos, para que possam formar estudantes reflexivos, capazes de atuarem no mundo contemporâneo com suas diferenças.

Há indícios que demonstram um descaso por parte do poder público em relação aos direitos à educação para esta parcela da população, pois há uma tendência de buscarem a rede privada de ensino, designadamente nas instituições filantrópicas, já que a procura por matrículas para estes estudantes são poucas, de acordo com a quantidade que necessitam de atendimento educacional (MENDES, 2010).

É importante um olhar significativo com relação às políticas públicas para a garantia da formação especializada e adequada aos profissionais da educação, inclusive aos professores. Há a necessidade de investimentos financeiros para que tenham acesso às

⁷ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.173).

diversas tecnologias e salas de aulas, propiciando ambientes confortáveis, acessíveis e que favoreçam a aprendizagem. Por fim, a Lei n. 11.502, de julho de 2007,

[...] atribui à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a responsabilidade pela formação de professores da educação básica – uma prioridade do Ministério da Educação. O objetivo é assegurar a qualidade da formação dos professores que atuarão ou que já estejam em exercício nas escolas públicas, além de integrar a educação básica e superior visando à qualidade do ensino público. A Política Nacional de Formação de Professores tem como objetivo expandir a oferta e melhorar a qualidade nos cursos de formação dos docentes.

É preciso que ocorram avanços no campo da formação de professores para mudanças na área educacional, de maneira que os professores atuem com maior preparo e os estudantes aprendam significativamente, isto deve ocorrer inclusive, no contexto da inclusão escolar.

Considerações Finais

O presente artigo teve como propósito propiciar discussões e reflexões acerca da relação da formação continuada de professores, destacando a formação do professor inclusivo, diante de um contexto neoliberal. Foi possível perceber que mesmo diante de tantos anos, especificamente três décadas de luta por políticas de formação e inclusão, ainda há impasses a serem enfrentados.

A partir dos textos legais das reformas, com diretrizes que tratam sobre a qualificação docente, direitos da educação e avanços de pesquisas, podem ser reconhecidas as influências internacionais neste processo.

Pontua-se, aqui, que a formação continuada não deve suprir a formação inicial docente, que é base para o exercício profissional do professor, mas sim, que a formação continuada é inerente a todo profissional, não importando a área de atuação e deve ocorrer ao longo do desenvolvimento profissional. É parte do processo de formação ao longo da carreira, pois o professor precisa acompanhar pesquisas, produções teóricas do campo, realizar novos cursos, inovar práticas pedagógicas, a partir do contexto em que atuam, constituindo procedimentos que complementam a formação inicial.

Para tanto, o sistema neoliberal não deve ser barreira, pois a escola e o professor devem caminhar juntos, com foco na formação de cidadãos críticos e permanentes na luta pela justiça social.

Referências

ALVES, N. **Formação de professores: pensar e fazer**. São Paulo: Cortez, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 mar. 2022.

BRASIL. **Lei n. 11.502, de julho de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11502.htm. Acesso em: 05 de jul. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [lei de diretrizes e bases_1ed.pdf \(senado.leg.br\)](http://www.senado.gov.br/legislacao/107711/107711.pdf). Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Resolução n. 2, de julho de 2015**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 05 de jul. 2023.

CARDOSO, M.L. Sobre as relações sociais capitalistas. In: NEVES, L. M. W.; FRANÇA, J. C. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Editora FIOCRUZ, 2006. Disponível em <https://doi.org/10.7476/9788575416129>. Acesso em: 05 de jul. 2023.

GATTI, B. A. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década**. Fundação Carlos Chagas, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vBFnySRRBJSNFQ7gthybkH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2023.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura**. São Paulo: Cortez, 2003.

MENDES, G. E. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010. pp. 93-109.

NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NOGUEIRA, I da S. C.; BISPO, S. A. da S. Formação de professores e a crise da autoridade docente: a educação humanizada como alternativa viável. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 1-16, set./dez., 2022.

NÓVOA, António. **Os professores e sua formação**. Dom Quixote: Lisboa, 1999.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. ISBN 972-20-1008-5. pp. 13-33. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4758>. Acesso em: 02 de jul. 2023.

NÓVOA, A. **Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola**. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/DfM3JL685vPJryp4BSqyPZt/?lang=pt#>. Acesso em: 02 de jul. de 2023.

PAULANI, L.M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: NEVES, L. M. W.; FRANÇA, J. C. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Editora FIOCRUZ. 2006. Disponível em <https://doi.org/10.7476/9788575416129>. Acesso em: 05 de jul. 2023.

OLIVEIRA, F. Â. de. ARAÚJO, A. C. B. **Inclusão escolar e neoliberalismo: a quem serve a lógica da normalização, performance e competição?** Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>>. Acesso em: 04 de jul. 2023.

PEREIRA, M. de F. S. C. **O professor inclusivo: uma invenção contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2014.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 31. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

NOTAS

IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIA


Mirian Batista dos Santos Carvalho. Mestranda em Educação pelo Programa Pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, MS, Brasil.

E-mail: micatfriends86@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0005-6842-1850>

Ione da Silva Cunha Nogueira. Pós-doutorado em Educação. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Coordenadora do grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sociedade da UFMS/Três Lagoas e integrante do grupo de pesquisa Coletivo de Pesquisadores em Políticas Educacionais (COPPE) na Universidade Estadual Paulista/Marília. Professora Associada, atuando na graduação e no PPGE/ Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, MS, Brasil.

E-mail: ione.silva@ufms.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4179-2166>

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista ENSIN@ UFMS – ISSN 2525-7056 o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY-NC-SA 4.0), que permite compartilhar e adaptar o trabalho, para fins não comerciais, reconhecendo a autoria do texto e publicação inicial neste periódico, desde que adotem a mesma licença, compartilhar igual.



EDITORES

Patricia Helena Mirandola Garcia, Eugenia Brunilda Opazo Uribe, Gerson dos Santos Farias.

HISTÓRICO

Recebido em: 30/11/2023 - Aprovado em: 09/12/2023 – Publicado em: 23/12/2023.

COMO CITAR

CARVALHO, M. B. S.; NOGUEIRA, I. S. C. A Formação do Professor de Educação Inclusiva sob a Perspectiva Neoliberal. **Revista ENSIN@ UFMS**, Três Lagoas, v. 4, número especial, p. 114-130. 2023.